

A INCLUSÃO ESCOLAR DE JOVENS E ADULTOS COM DEFICIÊNCIAS: AÇÕES GESTORAS NECESSÁRIAS

*THE SCHOOL INCLUSION OF YOUNG AND ADULTS WITH DISABILITIES:
MANAGEMENT ACTIONS NECESSARY*

Julimar Santiago Rocha 

Universidade do Estado da Bahia, UNEB
Salvador, BA, Brasil
rocha.juli12@hotmail.com

Antonio Amorim 

Universidade do Estado da Bahia, UNEB
Salvador, BA, Brasil
antonioamorim52@gmail.com

Maria da Conceição Alves Ferreira 

Universidade do Estado da Bahia, UNEB
Salvador, BA, Brasil
consinha@terra.com.br

Mariana Moraes Lopes 

Universidade Federal de São Carlos, UFSCAR
São Carlos, SP, Brasil
mamarylopesedespecial@gmail.com

Resumo. Vivemos na atualidade o desafio de instrumentalizar as escolas de maneira que atendam a todos os sujeitos respeitando a diversidade. Cabe a gestão escolar um trabalho coletivo visando a consolidação das políticas públicas educacionais que assegurem o direito à educação para todos. Ações gestoras se tornam ainda mais necessárias quando percebemos o aumento de jovens e adultos com deficiências que chegam a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, levando-nos a analisar o papel da equipe gestora na condução de ações para uma escola inclusiva. O objetivo foi analisar o planejamento de ações da escola que contemple a efetivação da política nacional da educação especial analisando como se dá a execução e avaliação destas ações. Através de abordagem qualitativa e estudo de caso múltiplo, em duas escolas municipais em Salvador, envolvendo 16 sujeitos, investigamos se os documentos oficiais da escola contemplam ações que visam a inclusão da pessoa com deficiência na EJA e analisamos como a equipe gestora gerencia os recursos para o alcance das ações. A pesquisa revela a necessidade de redefinir a atuação interna do gestor escolar; de realizar maior articulação entre a gestão escolar e a secretaria municipal para implantação de uma educação inclusiva na EJA.

Palavras chave: política pública; gestão; inclusão.

Abstract. We are living today the challenge of instrumentalizing schools in a way that meets all the subjects respecting diversity. It is up to school management to work collectively to consolidate public educational policies that ensure the right to education for all. Managing actions become even more necessary when we perceive the increase of students with disabilities who reach the Youth and Adult Education Mode, leading us to understand the role of the management team in the construction of an inclusive school. The objective was to analyze the planning of actions of the school that contemplates the realization of the national policy of special education with focus on the execution and evaluation of these actions. Through of a qualitative approach and study of multiple case, in two municipal schools in Salvador, involving 16 subjects, we investigated if the official documents of the school contemplate actions that aim the inclusion of the person with disability in the EJA and how the management team manages the resources for the reach of them. The research reveals the need to redefine the internal performance of the manager, to achieve bigger articulation between the school management and the municipal secretaria for the implementation of an inclusive education in the EJA.

Keywords: public policy; management; inclusion.

INTRODUÇÃO

A política nacional de educação especial assume o paradigma da educação inclusiva, durante a década de 90, objetivando oportunizar o acesso a todos, indistintamente, à escola regular. De acordo com esse paradigma, cabe à sociedade eliminar as barreiras para que todos tenham iguais oportunidades de participação cidadã. A ideologia da educação inclusiva, que, embora pareça historicamente ter surgido de forma mais organizada nos Estados Unidos, ganhou a mídia e o mundo a partir da metade da década de 1990, com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, Tailândia. Participaram educadores de diversos países do mundo, sendo nessa ocasião aprovada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

O princípio da inclusão passa a ser defendido como uma proposta aplicável à educação. A escola passa a ter um importante papel a desempenhar como parte integrante desse processo maior: “Dessa forma, o paradigma da inclusão globaliza-se e torna-se, no final do século XX, palavra de ordem em praticamente todas as ciências humanas” (MENDES, 2006, p. 395).

Um marco para a inclusão nas classes regulares foi a Declaração de Salamanca, aprovada na Conferência Mundial de Educação Especial em 1994, como um meio de democratizar o acesso à educação. O referido documento apresenta dois avanços significativos: o primeiro trata da afirmação da educação inclusiva, enquanto o outro seria o aprimoramento dos sistemas de ensino, de forma a garantir o direito fundamental à educação mantendo o nível adequado de aprendizagem.

Apesar de não ser recente a indicação da frequência de todos os sujeitos, incluindo os alunos com deficiência nas escolas da rede pública, é com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), em 1996, que vivenciamos a materialização do que fora determinado pelos documentos citados acima. A formulação e implementação das políticas públicas da educação inclusiva ganham destaque, ocasionando o aumento no número de matrículas de indivíduos com deficiência nas escolas públicas brasileiras.

A chegada de alunos com deficiência nas escolas é algo desafiador para toda a comunidade escolar, exigindo a análise de ações inclusivas tendo como condutor do processo o gestor escolar, entendido aqui como o diretor, vice-diretor, coordenador e membros do Conselho Escolar, que gerenciam de forma democrática tanto os aspectos administrativos, quanto os financeiros e pedagógicos. Deste modo, a forma como a equipe gestora planeja e executa suas ações revela se está no caminho ou não, para a efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, conforme consta em Brasil (2008), objetivando a construção de uma escola que atenda a todos os indivíduos, sem discriminação.

O presente artigo levanta a seguinte problemática: Quais ações a escola planeja, executa e avalia visando a efetivação da política nacional de educação especial vigente na Educação de Jovens e Adultos? Tem como principal objetivo analisar o planejamento de ações da escola que contemple a efetivação da política nacional da educação especial analisando como se dá a execução e avaliação destas ações. Traz como objetivos específicos: investigar se os documentos oficiais da escola (Projeto político pedagógico - PPP e regimento escolar) contemplam ações que visam à inclusão da pessoa com deficiência na EJA; analisar como a equipe escolar gerencia os recursos para o alcance das ações visando a efetivação da referida política.

Respaldamos teoricamente o artigo tendo como principais autores: Ireland (2016) que escolar aponta para a complexidade do fenômeno da visibilidade e invisibilidade dos sujeitos da EJA; Mantoan (2003) e Rodrigues (2006) que abordam a inclusão na atualidade, sendo a escola o local para vivermos as diferenças; Amorim (2015) que analisa a gestão participativa e autônoma como meios para a melhoria do trabalho.

O trabalho está organizado de modo que a introdução revela a problemática central e a justificativa. Discutimos depois conceitos relevantes para nossa temática: a gestão na EJA e a política de inclusão; em seguida, a educação inclusiva e a mudança de paradigma; e finalizamos com a inclusão da pessoa com deficiência nas escolas municipais de Salvador através de documentos norteadores, e das ações gestoras. A seguir traçamos o roteiro metodológico desenvolvido na pesquisa. Na sequência, os resultados obtidos com as conclusões e perspectivas futuras, seguidas das referências que foram analisadas durante o estudo.

GESTÃO ESCOLAR

A gestão escolar e conseqüentemente a sua atuação enfrenta grandes desafios e mudanças, decorrentes da evolução da sociedade. Exige-se a necessidade de uma gestão escolar democrática que oportunize os espaços de participação efetiva. A gestão democrática surge para romper com a dicotomia entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre teoria e prática opondo-se à fragmentação das práticas pedagógicas e educacionais. Mobilizações sociais na década de 80 tinham como um de seus pleitos a participação popular nos processos de tomada de decisão e no planejamento. Como consequência dessas lutas, inscreve-se na Constituição Brasileira de 1988, Capítulo III, Artigo 206, seção que pactua a educação como direito de todos: “gestão democrática do ensino público, na forma da lei (BRASIL, 1988).

Na década posterior, a Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN, 96), em seu Artigo 14, define como princípios da gestão democrática: a participação dos profissionais da educação na elaboração dos projetos pedagógicos da escola; a participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares ou equivalentes; progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira às unidades escolares públicas de educação (BRASIL, 1996).

Além dos princípios citados acima o gestor que atua com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), precisa se instrumentalizar das competências específicas para o trabalho diante das especificidades dessa modalidade de ensino. A EJA atualmente encontra-se respaldada em bases legais que asseguram aos seus sujeitos o direito à educação ao longo da vida. Apresenta-se como modalidade educativa para efetivar o

direito à educação dos jovens e adultos que historicamente foram “afastados” do ensino formal. Trata-se de uma modalidade inclusiva que precisa levar em conta as especificidades de seus sujeitos:

Quem são esses sujeitos? Como se expressam no mundo? Onde estão no território brasileiro? O que fazem? Como produzem a existência? Quais são seus desejos e expectativas? Que projetos de vida manifestam? Como aprendem? Esses sujeitos participam da elaboração das políticas públicas? (BRASIL, 2009, p.28).

A EJA é composta por sujeitos diversos com características e expectativas diferenciadas, cabendo à escola acompanhar as demandas específicas dessa modalidade. Isso afetará a permanência ou não destes na escola. Estas demandas são tão múltiplas, inclusive, em relação aos perfis dos indivíduos, denotando a complexidade do trabalho do gestor.

[...] a gestão inovadora, que trabalha no nível do diálogo permanente entre os pares, encontra mais facilidade para resolver as questões simples e até aquelas mais complexas, que são colocadas, quase sempre, como verdadeiros desafios à realização de um projeto educacional e escolar, que tenha qualidade institucional, para gerar uma qualidade humana (AMORIM, 2015, p.412).

Cabe à equipe gestora oportunizar uma gestão escolar que valorize a voz de todos os sujeitos que compõe essa modalidade de ensino, uma vez que os mesmos carregam um histórico de exclusão tanto na escola quanto na sociedade. O diálogo entre o gestor escolar e os sujeitos dessa modalidade concorre para a superação de práticas de culpabilização de jovens e adultos pelo “não-saber” e propiciam a construção de uma relação de corresponsabilidade na gestão da modalidade de ensino.

Ireland (2016) aponta para a complexidade do fenômeno da visibilidade e invisibilidade dos sujeitos da EJA, sugerindo que essa modalidade é a que enfrenta maiores desafios para a garantia do direito à educação. Dentre esses sujeitos temos a pessoa com deficiência que muitas vezes, está como invisível no sistema regular de ensino. É reconhecida a presença significativa dessas pessoas na EJA, que desafiam políticas públicas educacionais quanto ao cumprimento do respeito às suas especificidades.

Dentro dessa população educacionalmente invisível há vários segmentos que sofrem de uma marginalização... que os fazem mais invisíveis ainda. Embora seja possível elencar uma lista desses segmentos, aqui citamos três exemplos que consideramos emblemáticos: as pessoas com deficiência, as pessoas em situação de privação e restrição de liberdade e as pessoas idosas (IRELAND, 2016, p. 217).

Entendemos ser também papel da gestão escolar, compreendida aqui como sendo uma equipe que trabalha coletivamente, contribuir para a consolidação das políticas públicas educacionais que assegurem o direito à educação para todos os sujeitos. Peters (1986) afirma que a política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. As políticas públicas orientam a melhoria da qualidade da educação a partir dos princípios da autonomia, da colaboração, da participação, da igualdade de oportunidades e da inclusão social.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A mobilização dos vários segmentos da sociedade em função das demandas das pessoas com deficiência contribuiu para a formulação de políticas públicas em defesa do direito desses sujeitos, resultando em avanço no processo de politização dos sujeitos sociais de modo que o Estado assumiu a responsabilidade cívica e a obrigação ética de desenvolver políticas públicas de proteção social destinada a atender às necessidades dos indivíduos citados.

Duas grandes vertentes têm marcado a construção das políticas públicas educacionais para as pessoas com deficiência no Brasil. A primeira revela uma concepção assistencialista com a criação de instituições especializadas com ambientes únicos para a aprendizagem desses sujeitos. A segunda, no entanto, aponta para uma sociedade inclusiva que vem contribuindo significativamente para a alteração das políticas sociais, buscando assegurar o direito da pessoa com deficiência, bem como a sua matrícula nas classes comuns. O paradigma que anteriormente fora de segregação, passara para integração, agora então, de inclusão.

O objetivo da integração é inserir um aluno, ou um grupo de alunos, que já foi anteriormente excluído, e o mote da inclusão, ao contrário, é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades (MANTOAN, 2003, p. 24)

Na educação inclusiva exige-se uma “[...] participação plena numa estrutura em que os valores e práticas são delineados considerando as características, interesses, objetivos e direitos de todos os participantes no ato educativo” (RODRIGUES, 2006, p.303). Atualmente, contamos com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que acompanha os avanços das lutas sociais e visa constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), 13.146, de 06/07/2015, (BRASIL, 2015), que assegura condições de igualdade bem como o exercício dos direitos, visando à sua inclusão social e cidadania. Traz no Capítulo IV, artigo 28, como responsabilidade do poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar, visando aprimorar os sistemas educacionais, de forma a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem.

O ambiente educacional inclusivo necessita de uma filosofia participativa e democrática, na qual “[...] a criança, o adolescente e o adulto serão considerados seres humanos em sua integralidade e não pessoas com tragédias pessoais (FERREIRA, 2005, p. 44)”. Entendemos então que a equipe gestora precisa desenvolver um compromisso político e social com os sujeitos diversos que compõe a EJA, gerenciando ações que priorize a modalidade de ensino com marcas próprias. As ações gestoras precisam reconhecer, acolher e valorizar a história de vida de cada um desses sujeitos, validando os saberes que já possuem e oferecendo-lhes condições para que tenham sempre novas perspectivas de vida e possam construir outras histórias.

É necessário e urgente que gestores escolares da EJA tenham uma formação específica e busquem articulação de serviços de apoio para que possam pensar boas estratégias voltadas para uma escola inclusiva, que precisa incidir no planejamento e execução de diferentes propostas e encaminhamentos para a EJA, de maneira a superar as formas veladas, sutis e explícitas de exclusão acentuada pela desigualdade. Entendendo que a mudança requer tempo, disponibilidade e planejamento, pois, não se constitui numa mudança simples, mas um processo de transformação (AMORIM, 2015).

Uma gestão na EJA visando à efetividade de uma política de inclusão exige que os gestores realizem uma permanente avaliação e reflexão em grupo sobre as melhores estratégias a serem desenvolvidas. Sejam sujeitos em busca constante de sua formação e que realizem práticas reflexivas, continuada e coletiva. Oportunizem a participação de todos os sujeitos, pois só com o envolvimento de todos é possível desenvolver um projeto de educação inclusiva.

A INCLUSÃO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SALVADOR

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, como consta em Brasil (2008) traz como proposta assegurar a inclusão da pessoa com deficiência, orientando os sistemas de ensino a garantir o acesso ao ensino regular, inclusive com acessibilidade arquitetônica. Aponta também para necessidade de recursos especializados para terem acesso ao currículo. De 2008 até 2014 é possível perceber o crescimento no número de matrículas desses educandos nas classes comuns, no Brasil, conforme Tabela 1 abaixo. Paradoxalmente, enquanto o quantitativo na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) diminuiu, o da Educação Especial mostra crescimento significativo.

Tabela 1. Evolução do número de matrículas na educação básica: Brasil – 2008/2014.

Ano	Educação de jovens e adultos - Ensino Fundamental	Educação especial - Classes comuns (alunos incluídos)
2008	3.295.240	375.775
2010	2.860.230	484.332
2012	2.561.013	620.777
2014	2.284.122	698.768

Fonte: MEC/Inep/Deed – Construído pelos pesquisadores, 2017.

Um quantitativo significativo na EJA da Rede Municipal de Ensino em Salvador (RME) acompanha a evolução nacional. A rede atende em 2017, 10.451 alunos em 442 escolas organizadas administrativamente por onze Gerências Regionais de Ensino – GREs. Do total de alunos matriculados 4.016 alunos apresentam uma ou mais deficiência, tendo na EJA 630 alunos.

Nos últimos anos, a RME Salvador buscou desenvolver ações que visam a aplicabilidade de uma política inclusiva, oportunizando a formação para professores, coordenadores e gestores escolares, bem como a divulgação de ações já executadas nas escolas da rede. Em parceria com algumas instituições buscou evidenciar a aplicabilidade dos documentos preconizados.

O projeto “Portas abertas para a inclusão – esporte para todos” nasceu de uma parceria estabelecida entre o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Fundação do Barcelona Futebol Clube e o Instituto Rodrigo Mendes. Desenvolvida no período de 2012 a 2016, com o objetivo de promover a inclusão de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas comuns por meio da educação física e do esporte inclusivos. Os sujeitos participantes foram gestores, coordenadores pedagógicos, professores de sala regular, professores de Atendimento Educacional Especializado - AEE e professores de Educação Física da Rede Municipal de Salvador.

O projeto que foi desenvolvido em mais 11 cidades brasileiras conduziu os participantes na elaboração de projetos locais implementados pelos profissionais que participaram do curso de formação. Tais projetos tiveram sua origem em diagnósticos construídos pelos próprios cursistas a partir da análise do contexto das escolas ou secretarias de educação em que atuavam. No caso de Salvador, o projeto realizado pela secretaria municipal para o curso teve como objetivo suscitar a releitura dos Marcos Referenciais e Filosóficos dos PPPs de escolas que têm constituído o AEE, com vista ao seu redimensionamento.

Essa ação nos remete à importância do PPP como um documento de construção coletiva que evidencia os anseios, metas e ações da comunidade escolar, incluindo-se nele, os princípios e finalidades políticas e pedagógicas, como resultado da vontade da coletividade. “Basicamente, a direção põe em ação o processo de tomada de decisões na organização, e coordena os trabalhos, de modo que sejam executados da melhor forma possível” (LIBÂNEO, 2001, p. 78-79). Esse instrumento representa a materialização de uma gestão democrática ao possibilitar à escola a construção do seu próprio plano de trabalho, definindo os caminhos a percorrer de forma a responder, mesmo que minimamente, às suas demandas.

De acordo com Perrenoud: “[...] administrar os recursos de uma escola é fazer escolhas, ou seja, é tomar decisões coletivamente” (2000, p.103). A garantia do direito a todos perpassa pela gestão dos recursos e também pelo direcionamento da comunidade escolar para uma prática inclusiva no interior de suas unidades escolares, sendo assim, a gestão pedagógica, de recursos humanos e administrativos que perpassam pelos recursos financeiros, podem contribuir de forma efetiva para a política de inclusão já preconizada em documentos oficiais.

Em consonância com a política nacional, a Rede Municipal de Salvador através da Resolução de nº 038/2013 (SALVADOR, 2013) estabeleceu normas para a Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva para todas as etapas e modalidades, inclusive para a EJA. Entendemos que a construção de uma escola inclusiva exige políticas e ações que não fiquem na mera formalização da matrícula. Ações que tenham como objetivo principal a aprendizagem do aluno, considerando suas especificidades enquanto sujeito aprendiz. Questionamentos surgem: as pessoas que trabalham na gestão das escolas municipais em Salvador compreendem e aplicam de forma efetiva essa política? Planejam, executam e avaliam ações visando a efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Educação de Jovens e Adultos?

Pensar em uma escola inclusiva para a não reprodução de desigualdades oportuniza não apenas o acesso, mas um trabalho com as diferenças individuais do aluno, de forma a interferir no processo de ensino-aprendizagem. Se isso não acontecer o aluno deixará de ser excluído da escola, mas será excluído na própria escola. Para se tornar inclusiva, uma escola precisa modificar-se, ao invés de esperar que o estudante se adapte. Nesse caso, ela modifica o ambiente para que todos possam transitar autonomamente. A equipe pedagógica varia os recursos didáticos de forma que todos possam participar. Esse modelo repensa os conhecimentos acumulados pela educação especial para que auxiliem na redução das barreiras existentes.

Sage (1999, p.238) traz importante reflexão sobre o papel do gestor escolar na constituição de uma escola inclusiva:

A maneira pela qual os diretores exercem suas forças simbólicas e culturais através de suas atitudes e comportamento é particularmente importante quando se exemplificam as ações e as atitudes necessárias para a prevalência de um ambiente inclusivo nas escolas.

Primeiramente, o comportamento do diretor é que estabelece o clima pelo qual se resolve que a escola é de todas as crianças.

O Plano Municipal de Educação (PME) de Salvador, aprovado pela Lei nº 9.105/2016 (SALVADOR, 2016), com vigência de 10 anos, apresenta 11 diretrizes e 20 metas estabelecidas. Para cada meta existem estratégias que deverão ser cumpridas no prazo de vigência do plano. A meta 4 trata sobre a universalização para todos os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede, do acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Das 21 estratégias traçadas para atingir a referida meta, apenas a Meta 4.13 trata especificamente da Educação Especial voltada para a EJA:

Promover a articulação intersetorial entre órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na Educação de Jovens e Adultos, ofertados no diurno e noturno, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida (SALVADOR, 2016, p. 15)

Em face das demandas apresentadas pelas escolas no que tange a inclusão e diversidade e, pautada na legislação vigente, a Secretaria Municipal da Educação (SMED), por meio da Diretoria Pedagógica, elaborou em 2016, um documento para os seus educadores, intitulado “Somos todos iguais na diferença: Orientações Básicas para Organização de uma Escola para Todos”, versão preliminar, disponível online. Elaborado pela Coordenadoria de Inclusão Educacional e Transversalidade, a partir de estudos e experiências vivenciadas no espaço escolar, visa maior efetividade para a política de inclusão mediante a garantia do acesso, permanência, desenvolvimento e sucesso de todos os alunos indistintamente.

Ainda em 2016, com o objetivo de discutir estratégias que contribuem com as práticas pedagógicas direcionadas para as políticas públicas de inclusão, visando assegurar o aprendizado para alunos com deficiência da Educação de Jovens e Adultos, a Secretaria Municipal da Educação (SMED) realizou Oficinas Inclusivas. Com a participação de um coordenador pedagógico e um professor de cada escola realizada pela Gerência de Currículo, por meio da Coordenação de Acompanhamento, em função das demandas identificadas nas escolas municipais. A iniciativa contemplou itens relevantes acerca da Educação Especial na perspectiva Inclusiva, formadas por um conjunto de dinâmicas que têm por objetivo propiciar vivências, despertar reflexões e disseminar informações sobre diversidade, não discriminação e inclusão do público da EJA nas escolas da rede municipal de Salvador, especialmente pessoas com deficiência.

As ações observadas acima sofrem com a descontinuidade, uma vez que no nosso município, no período de 2013 a 2017, tivemos seis pessoas diferentes ocupando o cargo de Secretário Municipal da Educação. Cada um com um projeto diferenciado para a mesma rede de ensino, trazendo uma nova equipe de trabalho e com políticas diferenciadas, embora seja o mesmo prefeito. Entendemos ser de extrema importância à relação entre o diretor e as secretarias municipais, uma vez que esse é o principal parceiro na implantação das políticas educacionais. Entretanto, em Salvador, essa parceria sofre com rupturas devido as substituições dos secretários alterando a política de governo deixando o gestor confuso no caminho que deve seguir.

Além dos documentos que normatizam a política de educação inclusiva temos também a questão do financiamento e uso dos recursos. O financiamento específico para a EJA por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB é uma conquista que precisa ser destacada, permanecendo ainda o desafio do tratamento igual para os estudantes de EJA em relação aos demais do ensino fundamental e médio, além da participação efetiva, com controle social do uso dos recursos do Fundo.

Contamos também com o Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE que possui várias ações agregadas com objetivos próprios, sendo assim, cada execução do recurso deve obedecer ao programa ao qual pertence. Dentre eles temos o Programa PDDE Estrutura (Escola Acessível), que de acordo com a Resolução nº 19, de 21 de maio de 2013 (BRASIL, 2013), destina recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do PDDE, para cobertura de despesas de custeio e capital, por intermédio de suas Unidades Executoras Próprias (UEX), às escolas públicas das redes municipais, estaduais e do

Distrito Federal da educação básica, com matrícula de alunos público alvo da educação especial em classes comuns registradas no censo escolar do ano anterior ao do atendimento, contempladas com salas de recursos multifuncionais.

Os recursos objetivam a promoção da acessibilidade e inclusão escolar e, deverão ser empregados em materiais e bens e/ou contratação de serviços para construção e adequação de rampas, alargamento de portas e passagens, instalação de corrimão, construção e adequação de sanitários para acessibilidade e colocação de sinalização visual, tátil e sonora. Cadeiras de rodas, bebedouros acessíveis e mobiliários acessíveis; e outros produtos de alta tecnologia assistiva. De acordo com a Resolução nº 19, de 21 de maio de 2013, a tecnologia assistiva compreende:

[...] os produtos industrializados, como recursos tecnológicos de complexidade média/alta, entre os quais hardware e software, com a finalidade de promover acessibilidade às pessoas com deficiência, no uso das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs), recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência e inclusão educacional (BRASIL, 2013, p.5).

Os gestores escolares das escolas públicas em Salvador contam também com o Programa Simplifica, criado para descentralizar e garantir a autonomia financeira às unidades de ensino, lançado em 2015. O programa foi mantido em 2016 com continuidade em 2017. No final de 2016, a SMED disponibilizou para os gestores escolares um manual com orientações sobre execução e prestação de contas dos programas do FNDE: PDDE e suas ações agregadas. Solicitando inclusive para as escolas participantes do PDDE Estrutura (Escola Acessível) o respectivo Plano de Ação. A descentralização financeira confere maior autonomia às escolas, mas segundo Bruno (1995) exige uma maior participação de toda a comunidade escolar, pois aumenta a responsabilidade. Sendo de fundamental importância que o gestor seja fruto da escolha direta de sua comunidade, agindo como um representante da mesma.

As ações delineadas até aqui tendo por embasamento as legislações recentes, bem como os recursos destinados a política de inclusão nos mostra um caminhar, ainda que tímido e descontínuo, da SMED para a efetivação da política de inclusão. Mas como isso tem acontecido nas escolas? Os gestores desenvolvem ações planejadas e sistematizadas para a referida política? Como a equipe gestora planeja, financia, aplica e avalia os recursos? Os documentos oficiais da escola (PPP e regimento escolar) apresentam ações que visam à inclusão da pessoa com deficiência na EJA? O tópico a seguir apresentará o caminhar metodológico para a elucidação das questões.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O caminho metodológico utilizado foi o da pesquisa qualitativa tendo como procedimento técnico o estudo de caso múltiplo que objetiva o estudo simultâneo de indivíduos ou organização. Representa, portanto, uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados.

Entendemos que a pesquisa segue ações bem delineadas e sistemáticas para encontrar respostas ou soluções para um dado problema da realidade. Com o objetivo de analisar o planejamento de ações da escola que contemple a efetivação da política nacional da educação especial nos pautamos na abordagem qualitativa que apresenta como fundamento básico a preocupação central com o que de fato ocorre durante o processo, não enfatizando apenas o resultado. A pesquisa qualitativa “[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2001, p.22). Enfatiza também a profundidade das relações, dos fenômenos e processos que não se reduz a apenas dados numéricos.

O procedimento técnico utilizado foi o estudo de caso múltiplo. Segundo André (2013), o estudo de caso na pesquisa educacional traz uma maior abrangência: o de focalizar um fenômeno particular, levando em conta o contexto e suas múltiplas dimensões, bem como a valorização do aspecto unitário, mas ressaltando a necessidade da análise situada e em profundidade.

O instrumento utilizado foi um questionário formado por cinco questões abertas e fechadas para atingir os objetivos da pesquisa. Composto por duas partes: a primeira com dados gerais sobre os sujeitos incluindo formação e tempo de atuação na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A segunda parte com questões abertas e fechadas com a finalidade de “[...] traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas” (GIL, 2008, p.54). Este questionário foi aplicado nas escolas de forma escrita e através dele foi

possível investigar o problema em questão. Após a sua realização passamos para análise dos dados categorizando as respostas, buscando compreendê-las. A análise dos dados percorreu três etapas por se tratar de coleta através de um questionário: a primeira foi à preparação dos dados; depois a descrição dos dados e finalmente, a interpretação dos dados identificando os aspectos importantes.

O lócus da pesquisa foram duas escolas da Rede Municipal de Salvador, integrantes de uma das Gerências Regionais de Ensino (GRE) intitulada GRE Cabula. Essa gerência atende a 27 escolas que oferecem a EJA. Em 2017 teve um total de 3.681 alunos na EJA com um percentual de 15% de alunos com deficiência. As escolas participantes ofertam a EJA no noturno, e atendem o Ensino Fundamental no diurno. Para assegurar o anonimato dos entrevistados na pesquisa, decidimos nomear as escolas de Escola A e Escola B.

A Escola A tem um total de 397 alunos, com três turmas de EJA I (que corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental), atendendo 82 alunos nessa modalidade. Desse total 14% são alunos com deficiência. A Escola B apresenta um quantitativo total de 508 alunos, deste total, 123 estão distribuídos em quatro turmas de EJA I no noturno. Apresenta um percentual de 5% de alunos com deficiência comprovada.

Os sujeitos que constituíram parte integrante desta pesquisa atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), na Rede Municipal de Salvador, 80% dos participantes já atuam na modalidade há pelo menos 10 anos, sendo dois (02) diretores, dois (02) vice-diretor, dois (02) coordenadores pedagógicos e dez (10) professores, dentre eles os que compõem o Conselho Escolar, perfazendo um total de dezesseis (16) sujeitos (seis da Escola A e dez da Escola B). A escolha dos participantes da pesquisa ocorreu através de contato com as escolas e mediante o convite para a participação na investigação. Depois do consentimento da Secretaria Municipal de Educação para a realização da pesquisa, os sujeitos responderam aos questionários de forma voluntária.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentamos aqui os resultados e discussões das informações produzidas na pesquisa com o intuito de analisar o planejamento das ações das escolas públicas, de Salvador, que contemplem a efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), analisando a execução e avaliação destas ações. Durante a análise destacamos aspectos comuns aos sujeitos pelos quais gostaríamos de trilhar nossa reflexão.

Entendemos que um dos princípios da gestão democrática é a participação dos profissionais da educação na elaboração dos projetos pedagógicos da escola e que o mesmo é capaz de traduzir toda a filosofia da unidade escolar. Com o intuito de identificar se os documentos oficiais da escola (PPP e regimento escolar) contemplam ações que visam a inclusão da pessoa com deficiência na Educação de Jovens e Adultos - EJA, questionamos sobre a existência do Projeto Político Pedagógico (PPP). Nas escolas pesquisadas o projeto encontra-se em reformulação. Na Escola A todos os seis sujeitos afirmam existir, embora esteja em reformulação. Já na Escola B dos dez sujeitos: nove afirmam que existe e está em reformulação e apenas um diz estar atualizado. Fato bastante intrigante, pois a atual gestão escolar encontra-se no seu último ano de exercício, tendo ocupado o cargo no final de 2014. Como fica então esse caminhar em direção a política inclusiva nos anos anteriores?

Questionamos aos sujeitos quais ações que visam a inclusão da pessoa com deficiência na EJA constam nos documentos oficiais de sua escola (PPP, Regimento escolar). Os participantes descrevem então, ações que estão sendo realizadas para a inclusão da pessoa com deficiência na EJA, embora não esteja sistematizada no PPP, constando apenas no Plano de Ação.

Pelo conjunto das respostas, percebemos que o planejamento e a execução de ações necessitam de uma sistematização através dos documentos oficiais. A reflexão-ação-reflexão precisa acontecer no ambiente escolar e esses documentos possibilitam um maior processo reflexivo. O PPP é o resultado da interação, metas e prioridades levantadas coletivamente, estabelecendo através de reflexões, as ações necessárias para uma nova realidade. Quando escrevemos, pensamos. Quando relatamos uma ação, analisamos. Quando discutimos com nossos pares, ampliamos nosso olhar. Quando escutamos a comunidade, percebemos suas demandas. Ações primordiais para que a inclusão ocorra não apenas dentro da sala de aula, mas em todos os espaços da escola, principalmente no espaço da gestão.

Refletir sobre educação é pensar a pessoa, em qualquer etapa da sua vida. É discernir o homem e a mulher no seu tempo histórico, nas relações que se estabelecem consigo e com a natureza. É desvendar a organização social do mundo, o lugar das pessoas nesse

mundo, o porquê do modo de vida de cada um; é pensar as identidades, as razões para ser o que se é ou para as suposições elaboradas em torno de si mesmo e do outro; é discutir linguagens; é conhecer as circunstâncias da vida humana, para mantê-las ou para transformá-las; é a ação compromissada com a busca de melhorias na qualidade de vida das pessoas (SILVA, 2006, p.202).

Dentre as ações destacadas pelos sujeitos que fazem parte do Plano de Ação das unidades destacamos a busca por suporte de profissional de apoio nas salas com alunos com deficiência, denominadas na rede como Auxiliar de Desenvolvimento Infantil - ADIs. O Profissional de Apoio é um acompanhante contratado pela SMED com a função de auxiliar o aluno com deficiência matriculado na escola regular que não apresente condições de realizar suas atividades de vida diária como: alimentação, higiene, comunicação ou locomoção com autonomia e independência, visando seu desenvolvimento pessoal e social com melhor qualidade no contexto escolar. Esse profissional age prioritariamente com os alunos autistas e com múltipla deficiência e transtornos globais do desenvolvimento. Ressaltamos que apesar das escolas citarem essa ação, sua atuação restringe às crianças, necessitando ampliar estes serviços para os jovens e os adultos com deficiência.

As escolas têm buscado também o suporte das instituições especializadas nas quais os alunos com deficiência recebem atendimento. Ressaltam também a importância de uma equipe multidisciplinar para apoio do trabalho docente, uma vez que a presença dos alunos com deficiência na EJA aumenta a cada ano exigindo um trabalho direcionado para as especificidades.

Outra ação é sobre a adequação do ambiente escolar de forma a promover a acessibilidade bem como a utilização de verbas para aquisição de recursos didáticos ou pedagógicos para o referido público. Pelas respostas, tanto os sujeitos da escola A quanto da escola B deixam claro que não há inclusão sem a provisão dos recursos de acessibilidade no cotidiano das pessoas com deficiência. As escolas apontam como ação o uso de verbas para adequação da estrutura física e para aquisição de recursos didáticos e pedagógicos para o avanço da aprendizagem dos alunos com deficiência. Enquanto uma escola afirma realizar a ação planejando coletivamente visando à inclusão, a outra já executou uma ação mesmo sem se dar conta, pois observamos na escola a colocação de piso tátil, que objetiva a locomoção de deficientes com segurança e autonomia.

Ainda, sobre as ações descritas acima, ressaltamos que na Escola A 70% dos sujeitos relatam as ações enquanto que 30% não. Analisando mais o perfil desses sujeitos percebemos que os que descrevem as ações são pessoas que compõem a gestão e/ou Conselho Escolar. Na Escola B afirmam ter as ações, porém não descrevem as mesmas com clareza, dois sujeitos não respondem e dois afirmam não ter informação. Segue abaixo a sistematização das falas dos sujeitos sobre as ações que visam a inclusão da pessoa com deficiência na EJA.

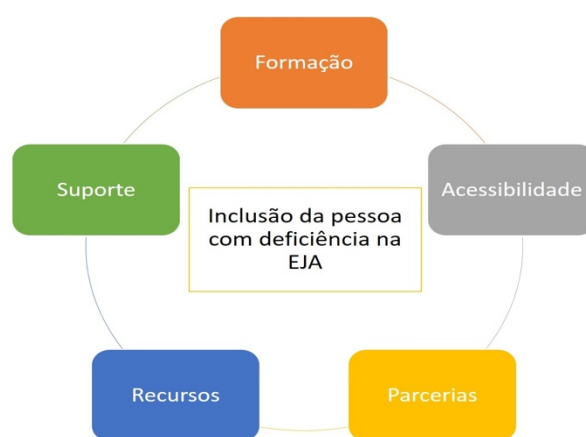


Figura 1. Círculo das ações realizadas pelas escolas.
Fonte: Elaborada pelos pesquisadores, em 2017.

As ações citadas pelos sujeitos perpassam pela formação dos professores ocorrendo na escola através de grupos de estudo, a busca por suporte de uma equipe multidisciplinar que auxiliem o professor em suas demandas em sala de aula, a compra de materiais didáticos com os recursos destinados para a inclusão, a

garantia da acessibilidade visando minimizar as barreiras que impede a pessoa com deficiência de ser incluída na unidade escolar e a parceria com as instituições que acompanham os alunos.

Em seguida, questionamos aos sujeitos se as ações são planejadas coletivamente. Na Escola A, 80% dos sujeitos disseram que sim e 20% disseram que não. Já na Escola B foram 90% que afirmaram esta possibilidade, contra 10% que destacaram não conhecer. Essas respostas trazem à tona uma contradição sobre a participação da comunidade, já que na anterior não houve unanimidade sobre o conhecimento das ações.

Uma gestão democrática tem como um dos seus pilares a participação de todos os sujeitos da comunidade escolar. Freire (1993) preconiza as ações para convocar os que vivem em torno da escola, para dividir responsabilidades. Tudo isso é pouco, quando percebemos a necessidade do trabalho de tornar o país uma nação democrática. Uma gestão realmente democrática tem o dever de suscitar a participação de todos. Essa participação ocorre através do Conselho Escolar, mas precisa acontecer com toda a comunidade escolar.

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando em espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gestos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância o do acatamento às decisões tomadas pela maioria a que não falte, contudo, o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade (FREIRE, 1993, p. 91).

Os sujeitos apontam para a existência do Conselho Escolar, bem como para a realização de reuniões periódicas para discutir os assuntos relevantes para as escolas, inclusive a inclusão da pessoa com deficiência. Aqueles que afirmam ser participante do Conselho apresentam maior segurança em suas respostas, bem como, mais profundidade dos fatos. A gestão escolar precisa desenvolver a participação, que deve ser gerenciada de forma reflexiva, conduzindo os sujeitos a serem corresponsáveis visando uma educação de qualidade.

Conforme abordamos anteriormente, a Secretaria Municipal de Educação em Salvador dispõe de regulamentação específica e documentos norteadores para a inclusão do aluno com deficiência na rede regular de ensino. Apresentamos também algumas ações já desenvolvidas pela secretaria. Mas, ao analisarmos cada escola percebemos que essas ações ainda são insuficientes para uma demanda tão complexa, cabendo à equipe escolar gerir suas especificidades da melhor maneira. Moreno Bayardo (1995) aponta que um dos fatores para a transformação na educação, numa perspectiva inovadora ocorre quando são estabelecidas as políticas públicas por decisões governamentais, exigindo-se que elas sejam cumpridas, desenvolvidas, acompanhadas e avaliadas. Nesse caso percebemos pouco acompanhamento da secretaria para as atuais demandas da EJA.

O questionamento que houve um debruçar dos sujeitos investigados foi sobre as dificuldades encontradas pela escola no planejamento, execução e avaliação de ações da escola que visam à inclusão da pessoa com deficiência na EJA. Os sujeitos elencaram dificuldades diversas que perpassam pelas seguintes categorias: Formação de professores e material didático, Verbas, Parceria e equipe de apoio, Questões estruturais, Planejamento didático, e abordagens ainda mais específicas da Modalidade EJA, conforme pode ser visto no Quadro 1.

Quadro 1. Quadro síntese das questões estruturais.

Categories	Escola A	Escola B	Conclusão
Formação de professores e material didático	Ausência de formação para professores	Formação para professores	Evidenciam a importância da formação de professores para a modalidade de Educação Inclusiva na EJA.
	Falta de material didático específico	A falta de formações continuadas específicas na modalidade de Educação Especial	
Verbas	Fiscalizar a utilização e destinação das verbas.	Mais verba para a compra de recursos que visem a melhoria do trabalho docente.	Apontam a questão da gestão dos recursos que precisam ser melhor utilizados, com a fiscalização da comunidade escolar.
Parceria e equipe de apoio	Dificuldade num contato mais próximo entre a escola e a instituição que acompanha o aluno com deficiência.	Ausência de um profissional de apoio como o intérprete de libras.	Os sujeitos suscitaram questões sobre a escola e as parcerias que precisam ser estabelecidas.
	Ausência de uma equipe multidisciplinar para apoio do trabalho em sala de aula	Falta de estabelecimento de relações entre a escola e as instituições especializadas em Educação Especial	
Questões estruturais	Grande número de alunos com deficiência por turma	Falta de políticas públicas que assegurem uma inclusão efetiva na EJA	Ao abordar as questões estruturais fica evidente a necessidade de um olhar atento do órgão central para questões que permeiam a EJA, e em particular, os sujeitos com deficiência na EJA.
	Infraestrutura inadequada	Inadequação do mobiliário e recursos para alunos com deficiência na EJA	
Planejamento didático	Poucos momentos para reflexão e estudo sobre a Educação Inclusiva.	Em planejar ações didáticas que atendam e ajude os alunos com deficiência e suas especificidades	As observações dos sujeitos evidenciam o trabalho do coordenador que precisa articular de forma produtiva os momentos de planejamento.
Educação de Jovens e Adultos	Dificuldade em articular reuniões com o maior número de pessoas envolvidas para tratar do tema em questão	Ausência de salas multifuncionais que atendam o aluno da EJA	Nesse aspecto trazem questões específicas da EJA no Sistema Municipal de Salvador, questões essas que impedem um caminho seguro na modalidade.
	As questões envolvendo a multirrepetência dos alunos da EJA com deficiência	Saber exatamente qual é a inclusão do aluno, pois não temos relatórios especificando a área comprometida.	

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, em 2017.

Concluímos que as escolas municipais vivem um momento desafiador para toda a comunidade escolar. As dificuldades elencadas nos fazem refletir a busca constante para que esses problemas sejam minimizados e assim, a escola possa oferecer uma educação de qualidade a todos, sem distinção. É possível perceber um querer tanto do órgão gestor como das unidades escolares para a efetivação de ações inclusivas, porém a forma como a equipe gestora planeja e executa suas ações revela que estão num caminho ainda difuso para a efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008). O desafio se torna ainda maior, pois estamos falando da inclusão na EJA, que já sofre com a invisibilidade.

Existe o que podemos chamar de sujeitos visíveis e invisíveis da EJA. De todos os níveis e modalidades da educação, talvez seja a Educação de Jovens e Adultos, a que enfrenta os desafios mais resistentes para garantir a construção de uma modalidade em que o conceito e realidade do direito a educação se materializem de uma forma visível e funcional (IRELAND, 2016, p. 214).

A esse respeito Rodrigues acrescenta: “O conceito de inclusão no âmbito específico da educação implica, antes de mais, rejeitar, por princípio a exclusão de qualquer aluno da comunidade escolar” (2006, p. 301). Cabe a toda a escola a construção de um ambiente que atenda a todos os indivíduos, sem discriminação. O desafio da escola atual, principalmente para a Modalidade EJA é melhorar a qualidade de

ensino das escolas atingindo a todos os alunos, principalmente àqueles a quem o direito à educação foi sonhado por vários anos.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS

Nesta pesquisa foi possível observar que a gestão escolar atua de forma a promover a inclusão de pessoas com deficiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA), sendo este um exercício complexo que envolve situações e procedimentos de ordem administrativa e acadêmico-pedagógica. As respostas dos gestores revelam que é crescente a chegada dos alunos com deficiência, portanto, é um problema emergente, que suscita nos envolvidos um desejo de mudanças e efetivação do que já está posto nos documentos oficiais nacionais e municipais.

A pesquisa revelou, também, a necessidade de investimentos na formação dos gestores, entendidos aqui como diretor, vice-diretor, coordenador e professores, principalmente, os que compõem o Conselho Escolar para quem a gestão democrática se efetiva através da elaboração de documentos que deem visibilidade as práticas e conduzam a equipe a uma constante reflexão sobre o seu fazer diário.

Ao debruçarmos sobre a problemática a respeito de quais ações a escola planeja, executa e avalia, e que visa à efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2008), percebemos serem mínimas, tanto nas escolas como a nível de secretaria, diante do contingente de pessoas com deficiência que tem chegado às salas de EJA. É de fundamental importância também articulação entre a secretaria municipal e o gestor escolar, uma vez que ela deve ser um ente colaborador para a implantação e efetivação das políticas educacionais nas suas unidades escolares.

Ao analisarmos as dificuldades elencadas pelos sujeitos percebemos que muitas delas não são exclusividade dos alunos com deficiência, mas problemas existentes há várias décadas na estrutura educacional do país. Nesse sentido, a inclusão desse alunado em classes comuns gera novas circunstâncias e desafios, que tendem a somar-se com as dificuldades já existentes na EJA. O que nos traz a idéia de que profundas modificações devem ser realizadas a fim de melhorar a qualidade da educação, para todos os educandos sem distinção.

Recomendamos aqui o incentivo a novas pesquisas que busquem a cada dia uma melhor compreensão da inclusão escolar dos jovens e adultos com deficiência nas classes regulares de ensino que ofertam a Modalidade EJA, de forma que seja possível analisar no chão da escola as ações implementadas. Entendemos que as pesquisas acadêmicas corroboram para a melhoria do ensino público e podem suscitar a efetivação de políticas públicas que visem garantir direitos já preconizados e que precisam ser assegurados para todos indistintamente.

Concluimos que a escola deve ser aberta, pluralista, democrática e de qualidade. Uma escola inclusiva deve buscar atender duas questões: de um lado, o reconhecimento da educação como um direito, e, por outro, a consideração da diversidade como um valor educativo essencial para a transformação das escolas. Uma escola inclusiva precisa proporcionar serviços de qualidade e não se ocupar em democratizar carências. O desafio, portanto, é trabalhar para que se torne realidade uma EJA menos excludente e mais promissora, que consiga responder as diversas demandas dentro dessa modalidade.

REFERÊNCIAS

- Amorim, A. (2015). Inovação, qualidade do ensino e saberes educacionais: Caminhos da gestão escolar contemporânea. **Revista Ibero-americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 10, n. 2, p.400-416.
- André, M. E. D. A. (2013) O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da Faecba: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 40, n. 22, p.95-103.
- Brasil. C. (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivel_03/.../constituicao.htm>. Acesso em: 25 abr. 2017.
- _____. Ministério da Educação (1996), **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República. Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017
- _____. Ministério da Educação (2008). Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em 25 abr. 2017

_____. Ministério da Educação (2009). Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Documento Nacional Preparatório à VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) / Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFPA, 2009. Disponível em:

http://confinteabrazilmais6.mec.gov.br/images/documentos/documento_nacional_preparatorio_VI_CONFINTEA.pdf, Acesso em 30/04/2017

_____. Ministério da Educação: FNDE (2013). **Resolução nº 19, de 21 de maio de 2013**. Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), a escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal da educação básica.

Resolução/CD/FNDE. Brasília: DF. Disponível em < <http://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/4544-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-18,-de-21-de-maio-de-2013> > Acesso em 25 abr. 2017

_____. (2015). **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Presidência da República, Brasília: DF. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm > Acesso em: 30 abr. 2017.

_____. Ministério da Educação (2014). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Dados do Censo Escolar 2008-2014. Brasília: MEC: Deed. Disponível em

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192. Acesso em 30 abr. 2017

Bruno, L. E. N. B. (1995) Relações de trabalho e teorias administrativas. In: **A autonomia e a qualidade do ensino na escola pública**. São Paulo: FDE, p. 125-139.

Ferreira, W. B. (2005). Educação Inclusiva: Será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? **Revista da Educação Especial**, n. 40, p. 40-46.

Freire, P. (1993). **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água

Gil, A. C. (2008). **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 207 p.

Ireland, T. D. (2016) Todas as Modalidades de Educação são iguais, mas algumas são mais iguais do que outras: a Educação de Jovens e Adultos como direito humano em bate. In: DANTAS, Tânia Regina; AMORIM, Antônio; LEITE, Gildeci de Oliveira (Org.). **Pesquisa, formação, alfabetização e direitos em educação de Jovens e Adultos**. Salvador: Edufba, p. 205-222.

Libâneo, J.C. (2001). **Organização e Gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa.

Manton, M.T. E. (2003). **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 95 p

Mendes, E. G. (2006). A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Rev. Bras. Educ**, São Paulo, v. 11, n. 33, p.387-559

Minayo, M. C. de S. (2001). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 18ed. Petrópolis: Vozes.

Moreno Bayardo, M. G. (1995). Investigación e innovación educativa. La Tarea. **Revista de Educación y Cultura de la sección 47 del SNTE**, Guadalajara, n.7, p.21- 25, dic. 1995.

Perrenoud, P. (2000). **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artes Médicas.

Peters, B. G. (1986). **American Public Policy**. Chatham, N.J.: Chatham House.

Rodrigues, D. (2006). Dez idéias (mal)feitas sobre a educação inclusiva. In: (2006) David Rodrigues (Org.). **Inclusão e Educação**: doze olhares sobre a Educação Inclusiva, São Paulo. Summus Editorial, p.1-16.

Sage, D. D. (1999). Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In: Stainback, S; Stainback, W. **Inclusão**: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, p.129-141.

Salvador (2016). **Lei Municipal nº 9105, de 03 de julho de 2016**. Aprova o Plano Municipal de Educação de Salvador e dá outras providências. Salvador: BA. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2016/911/9105/lei-ordinaria-n-9105-2016-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-de-salvador-e-das-outras-providencias?q=educa%E7%E3o%20especial>. Acesso em 15 de fev. 2017

_____. Secretaria Municipal de Educação (2013). **Resolução Municipal nº038, de 20 de setembro de 2013**. Estabelece normas para a Educação Especial, na Perspectiva da Educação Inclusiva, para todas as Etapas e Modalidades da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Salvador: BA

SILVA, J. B. da. (2006). Valorização dos saberes docentes na formação de professores de EJA. In: SOARES, Leôncio (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica / SECAD-MEC / UNESCO.

ANEXO I – QUESTIONÁRIO



ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

Este roteiro dedica-se exclusivamente a orientar a elaboração de trabalho de pesquisa. A responsabilidade está atribuída a Julimar Santiago Rocha, residente à Rua da Gratidão, Cond. Flex Piatã, Edf. Energia, aptº 1002, CEP. 41.650-195, Salvador - BA

Este estudo tem como objetivo **investigar o planejamento de ações da escola que contemple a efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, analisando como se dá a execução e avaliação destas ações.** Mapear nos documentos oficiais da escola (PPP e regimento escolar), as ações que visam a inclusão da pessoa com deficiência na EJA. Investigar como a equipe gestora planeja, financia, aplica e avalia os recursos para o alcance das ações visando a efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. A sua participação nesta pesquisa é de fundamental importância, para que possa colher as informações de maneira fidedigna. Saiba que em hipótese alguma será revelado a sua identidade neste estudo, tendo a certeza de que estará eticamente resguardada quando a sua identificação.

QUESTIONÁRIO

PARTE I

Nome: _____

Sexo e idade: _____

Formação: _____

Cargo que ocupa: _____

Tempo que atua na Gestão/Docência: _____ Tempo que atua na EJA: _____

Nome da Unidade Escolar: _____

PARTE II

1. A escola tem Projeto Político Pedagógico? () Sim () Não

Está atualizado? _____

2. Quais ações que visam a inclusão da pessoa com deficiência na EJA constam nos documentos oficiais de sua escola (PPP, Regimento escolar)?

3. Responda as questões abaixo pensando nas ações que visam a inclusão da pessoa com deficiência na EJA:

a) As ações foram planejadas coletivamente? () sim () não

b) A decisão sobre o uso dos recursos financeiros foi decidida em conjunto:

() sim () não

c) A Secretaria Municipal de Educação disponibiliza uma verba específica para efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

() sim () não

d) Ocorre periodicamente reunião para avaliar como os recursos estão sendo aplicados: () sim

() não

4. Você faz parte do Conselho Escolar? Fale sobre a atuação do Conselho Escolar na construção e acompanhamento dessas ações.

5. Qual(is) as dificuldades encontradas pela escola no planejamento, execução e avaliação de ações da escola que visam a inclusão da pessoa com deficiência na EJA?

ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, MESTRADO
PROFISSIONAL - MPEJA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome do Participante: _____
Documento de Identidade nº: _____ Sexo: F () M ()
Data de Nascimento: ____/____/____
Endereço: _____ Complemento: _____
Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

II – EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa: “GESTÃO NA EJA E INCLUSÃO”, de responsabilidade da pesquisadora **JULIMAR SANTIAGO ROCHA**, discente da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo **Investigar o planejamento de ações da escola que contemple a efetivação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, analisando a execução e avaliação destas ações.**

A realização desta pesquisa trará ou poderá trazer benefícios: Garantir no processo investigativo que os sujeitos participantes reflitam sobre as ações desenvolvidas nas escolas, na perspectiva de colaborar para a inclusão da pessoa com deficiência na EJA.

Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto o Sr (a) não será identificado. Caso queira (a) senhor (a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor (a) apresentar serão esclarecidas pelo pesquisador. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileiras o Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre a pesquisa e sua participação, agora ou a qualquer momento.

III – INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS.

PESQUISADOR (A) RESPONSÁVEL: Prof^o Antônio Amorim

Endereço: Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: **Telefone:** 71 3117-2200, **E-mail:** antonioamorim52@gmail.com

IV. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo pesquisador(a) sobre os objetivos benefícios da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “ **GESTÃO NA EJA E INCLUSÃO**”, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar sob livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via a mim.

Salvador, 25 de abril de 2017

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador discente

Assinatura do professor responsável (orientador)

MINIBIOGRAFIA

Julimar Santiago Rocha (rocha.juli12@hotmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2659-0400>

Mestranda em Educação pela UNEB: Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA (2016). Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade social pela UFBA (2016). Especialista em Gestão Escolar UFBA (2011). Graduada em Pedagogia pela Universidade Católica do Salvador, UCSAL. Atua como gestora na EJA, pela Secretaria Municipal de Educação em Salvador. Tem experiência na área de gestão escolar, EJA e formação de professores. Pesquisa na área de inclusão com foco na atuação dos gestores escolares.

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8564193655926623>



Antonio Amorim (antonioamorim52@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3236-9139>

Professor Titular Pleno da Universidade do Estado da Bahia. Pós-Doutor em Difusão do Conhecimento pela UFBA, Doutor em Psicologia pela Universidade de Barcelona – Espanha. Presidente da Rede Internacional de Pesquisa em Educação e EJA, congregando 20 grupos de pesquisa no Brasil e no exterior. É escritor com vários livros publicados e membro da Academia Baiana de Educação.

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9993429400708011>



Maria da Conceição Alves Ferreira (consinha@terra.com.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9408-2750>

Professora e orientadora do Programa de Mestrado Profissional de Educação de Jovens e Adultos da Universidade do Estado da Bahia. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É membro do comitê científico da revista *Metáfora Educacional* e membro do conselho editorial da *Revista Saberes em Perspectivas*, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Gestão, Estágio Supervisionado, Prática de ensino, Orientação de TCC, seminários, Educação Online, atuando principalmente nos seguintes temas: Gestão, docência, estágio supervisionado, prática de ensino e formação de professor presencial e online.

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9702400129348337>



Mariana Moraes Lopes (mamarylopesedespecial@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4688-5129>

Mestre em Educação Especial pela UFSCAR. Especialista em Neuropsicologia pela FTC, especialista em Educação especial e inclusiva pela UNINTER. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal da Bahia. Atua como docente na Universidade Mauricio de Nassau e é diretora pedagógica da empresa Alto Relevante capacitação e projetos de inclusão escolar. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação Inclusiva, com projetos e formação continuada em escolas públicas e privadas. Atuou como professora substituta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), ministrando disciplinas relacionadas a área da Tecnologia Assistiva.

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4772800166360585>